

Projeto URBISAmazônia

Relatório final de bolsa

Relatório apresentado à Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias – FUNCATE – relativo à concessão de bolsa de pesquisa na categoria Desenvolvimento Tecnológico e Industrial II

Período: 05/2014 a 09/2014

Bolsista: Samira El Saifi

Assinatura do bolsista:



Assinatura do coordenador do projeto no INPE:



Dr. Antonio Miguel Vieira Monteiro

Outubro de 2014

1. Histórico:

Este projeto individual insere-se no Projeto “URBISAmazônia”, também conhecido por “Qual a Natureza do Urbano na Amazônia Contemporânea? O Urbano Extensivo e os Circuitos da Economia: O Papel das Redes na Construção dos Lugares e na Configuração Multi-escala do Urbano Amazônico. Apontamentos para um Diálogo com Políticas Públicas Climáticas e Ambientais Consequentes para a Região”. Projeto coordenado por Antonio Miguel Vieira Monteiro e Ana Cláudia Duarte Cardoso e qual participam diversas instituições, tais como: INPE, CEDEPLAR-UFMG, UFPA, NEAD-MDA, LEG-UFPR, TerraLab-UFOP, FIOCRUZ, ITV-DS, NEPO-Unicamp e EESP-FGV-SP.

2. Resumo do Projeto e Objetivo:

Entre maio e setembro de 2014 os objetivos das atividades deste projeto individual foram priorizar as demandas do grupo multidisciplinar do Projeto URBISAmazônia, discutidas em Belo Horizonte, por ocasião da 3ª Oficina Geral de Acompanhamento do mesmo: “Qual a Natureza do Urbano na Amazônia Contemporânea? O Urbano Extensivo e os Circuitos da Economia: O Papel das Redes na Construção dos Lugares e na Configuração Multi-escala do Urbano Amazônico”. Ocorrido CEDEPLAR, FACE-UFMG, Belo Horizonte-MG”, ocorrida em abril de 2014.

Uma das demandas referia-se a novas apreciações sobre as situações urbano e rural da população residente nos 31 municípios do Projeto URBISAmazônia. O uso dos dados provenientes dos censos demográficos de 2010 permitiu elaboração de análises no nível da microescala (através da desagregação das informações por setores censitários) e da mesoescala (municípios). Para tanto, procedeu-se à desagregação dos setores censitários em suas oito categorias possíveis, 3 urbanos e 5 rurais, a fim de caracterizar alguns aspectos da situação urbana ou rural, dentro ou fora de áreas protegidas.

O trabalho nessa etapa do Projeto também teve por objetivo analisar informações sobre as ocupações e atividades do mercado de trabalho dos municípios Urbis. Tratam-se de informações e análises complementares às anteriormente divulgadas, que dizem respeito à posição no mercado de trabalho da população ocupada (formal, informal, por conta própria, etc.), grau de informalidade e principais atividades econômicas de cada município. As análises enfatizaram o trabalho nas Indústrias Extrativistas Minerais dos 31 municípios, com destaque para os municípios de Parauapebas, pertencente ao grupo do Urbis 1, e Itaituba, pertencente ao grupo Urbis 3, por serem esses dois municípios os que possuem maior população ocupada nessa indústria. Foram comparadas as características da Indústria Extrativista Mineral, bem como as características da população ocupada nessa Indústria em cada um dos municípios. O objetivo principal aqui foi localizar e evidenciar as expressivas diferenças entre esses dois municípios, sobretudo no que diz respeito à posição dos trabalhadores na ocupação, destacando o grau de informalidade, as atividades principais e seus impactos locais.

Por fim, nesse período, um dos objetivos centrou-se na elaboração de textos/artigos e apresentação de trabalhos relacionados ao tema do Projeto URBISAmazônia em eventos de divulgação científica.

3. Atividades Desenvolvidas durante o Período de Bolsa:

No curso desses 5 meses, as atividades foram desenvolvidas com a finalidade de se atingir os objetivos previstos no plano de pesquisa apresentado, que, por sua vez, teve por base os contatos e diálogos com os colegas pesquisadores das instituições parceiras do Projeto URBIS-AMAZÔNIA. Portanto, as atividades desenvolvidas com esse propósito, recaíram sobre:

- 1) Análise de informações sobre a distribuição da população em áreas urbanas e rurais em suas oito desagregações de setores possíveis;
- 2) comparação entre as classificações administrativas e as classificações remotas (com base em imagens de satélites) dos setores censitários, principalmente de setores rurais;
- 3) questionamento de algumas classificações de setores consideradas incoerentes na comparação entre as classificações administrativa e remota;
- 4) levantamento e seleção de informações adicionais sobre população ocupada de acordo com sua posição no mercado de trabalho, com destaque para a população ocupada informal;
- 5) análise da população ocupada na Indústria de Extração Mineral, a partir da desagregação das atividades econômicas, com destaque para a questão da informalidade nos municípios considerados mais relevantes nessas atividades;
- 6) comparação da população ocupada na indústria de extração mineral de Parauapebas e de Itaituba, considerados dois casos emblemáticos;
- 7) por fim, as atividades foram pautadas também pela elaboração de textos/artigos e apresentação de trabalhos relacionados ao tema do Projeto URBISAmazônia em seminários, congressos e outros eventos de divulgação científica.

4. Resultados Obtidos em função do Trabalho Proposto:

Os principais resultados obtidos ao longo da minha participação como bolsista no Projeto, entre os meses de maio e setembro de 2014, estão sistematizados no Relatório do ano 3 do Projeto URBISAmazônia: “Panorama sobre classificação urbana e rural dos setores censitários e aprofundamento das análises da população ocupada informal e na ocupada da Indústria Extrativa e Mineração.” (CARMO et al., 2014).

Abreviadamente seguem alguns resultados:

1) Sobre setores censitários urbanos e rurais

Em relação à análise sobre setores censitários, a definição de quais são os limites entre o urbano e o rural cabe aos municípios, através de legislações específicas. Todos os setores não classificados como urbanos, são considerados como rurais. Essa divisão é complexificada pelo IBGE na realização dos levantamentos domiciliares. O IBGE acata as legislações municipais, mas subdivide as áreas urbanas em três categorias e as áreas rurais em cinco, conforme listado abaixo:

Situação Urbana: 1. Área urbanizada de cidade ou vila; 2. Área não urbanizada de cidade ou vila; 3. Área urbana isolada – tipo de setor que, conforme se constatou, não se aplica a nenhum município do projeto URBISAmazônia.

Situação rural: 4. Aglomerado rural de extensão urbana; 5. Aglomerado rural isolado – povoado; 6. Aglomerado rural isolado – núcleo; 7. Aglomerado rural isolado - outros aglomerados; 8. Zona rural, exclusive aglomerado rural.

Na análise dos 31 municípios do Projeto URBIS, constatou-se que a maior parte da população reside em setores da categoria 1 (Área urbanizada de cidade ou vila). São 1.028.401 pessoas que representa 65,9% da população total de 1.560.636. A segunda categoria com maior quantidade de população é a 8 (Zona rural, exclusive aglomerado rural), onde vivem 409.536 pessoas, o que representa 26,2% da população. Já, na categoria 5 (Aglomerado rural isolado – povoado), residem 100.789 pessoas (6,5% do total), enquanto os 1,4% restantes da população residem nas demais categorias.

Chama a atenção uma constatação nos municípios URBISAmazônia, a de que muitos deles ainda possuem parcelas significativas de suas populações residindo em áreas rurais isoladas. Em 12 municípios a população que vive em setores na categoria 8 supera 50% da população municipal. Outro achado relevante em relação aos setores diz respeito à comparação entre a classificação administrativa (oficial) utilizada pelo IBGE e a classificação realizada pelo INPE, através do projeto TerraClass, que usa metodologias de análise da paisagem a partir de imagens de satélite. Verificou-se que em alguns casos a classificação oficial não se assemelha àquela realizada pela metodologia de análise de imagens espaciais.

2) Sobre mercado de trabalho, informalidade e indústria extrativista mineral.

Com relação à população ocupada de acordo com sua posição no mercado de trabalho, destaca-se no conjunto do Urbis 1 o predomínio de trabalhadores protegidos, 40%, em relação aos que se encontram em outras posições no mercado de trabalho. Parauapebas é o município que mais se sobressai pela porcentagem de população ocupada protegida, chegando a 57%. Este número faz com que ele destoe bastante em relação ao conjunto total dos municípios Urbis, cuja média de trabalhadores protegidos é apenas de 31%. Tal dado pode ser compreendido no contexto econômico de Parauapebas e região, onde grande parte das atividades gira em torno da grande indústria de extração mineral.

No conjunto da população ocupada nos municípios do Urbis 2 há predomínio dos trabalhadores que trabalham por conta própria, 32%, e daqueles que se encontram sem registro em carteira de trabalho, 27%, e apenas na sequência aparecem os trabalhadores protegidos compreendendo, 23% do total da população ocupada. No entanto, chama a atenção no grupo do Urbis 2 a grande quantidade de trabalhadores que produzem para o próprio consumo. No geral, são 13% do total da população, contudo, em alguns municípios, esse grupo de trabalhadores representa mais de um quarto da população, chegando a atingir surpreendentes 57% de toda população ocupada em Aveiro.

Já, o Urbis 3 destaca-se por abranger os municípios onde a população ocupada possui no seu conjunto as posições mais vulneráveis no mercado de trabalho. Apenas 25% da população ocupada desses municípios estão em situação mais estável no mercado de trabalho. Em contraste, o grau de informalidade do Urbis 3 chega a 72,1%. Cabe destacar que os empregados sem carteira são a maior parcela de população ocupada em todos os municípios do Urbis 3, sendo Jacareacanga o município com a maior quantidade relativa dessa população de trabalhadores (46%) em relação a todos os demais municípios do URBISAmazônia.

Em relação aos seis maiores municípios, Parauapebas é o único que possui menos de 50% de sua população ocupada desprotegida.

Com relação especificamente à indústria de extração mineral, do total de 31 municípios que compõem o URBISAmazônia, seis não possuíam população ocupada nessa indústria, sendo que os maiores volumes de trabalhadores no setor estavam nos municípios de Parauapebas, Itaituba, Jacareacanga e Marabá respectivamente. As áreas do Urbis 1 e 3 são mais relevantes quanto à população ocupada na indústria de extração mineral, sendo que o Urbis 1 abriga o maior número destes trabalhadores.

Com relação à população residente e não residente ocupada na indústria de extração mineral percebe-se que em São Félix do Xingu, apesar dos baixos números absolutos, cerca de 30% da população que trabalha na sua indústria de mineração não reside nele, mas sim em outros municípios (do Pará ou de outras UFs) ou país. Já, em relação à Parauapebas, a quantidade de população ocupada nessa atividade é de 6534 pessoas, contudo, cerca de 16% desse total não reside no município. Portanto, 1043 pessoas que trabalham na indústria extrativa do município de Parauapebas moram fora dele; enquanto que, por outro lado, cerca de 180 pessoas que moram em Parauapebas, trabalham na indústria extrativista de outro município ou país.

Com relação à informalidade, quando se compara essa situação para o total da população ocupada e para os trabalhadores da indústria de extração mineral, distinguem-se dois grupos: (1) aquele caracterizado pela informalidade dos postos de trabalho no geral, mas com uma informalidade maior entre os trabalhadores da mineração do que entre o total da população ocupada. São principalmente os municípios localizados no Urbis 3, além de Cumaru do Norte (Urbis 1) e Altamira (Urbis 2). As atividades mais relacionadas aos garimpos, em grande parte clandestina, sem controle público ou presença de grandes empresas; e (2) aquele que apresenta um mercado de trabalho menos informal, sendo que a informalidade

é ainda menor entre os trabalhadores da extração mineral do que entre o total da população ocupada. Neste segundo grupo, praticamente só estão os municípios pertencentes ao Urbis 1, que contam com a dinâmica da grande indústria e maior controle social.

Com relação ao Grau de Urbanização, percebe-se que existe certo padrão na distribuição dos municípios mais e menos urbanizados. Nos municípios em que predomina a formalidade na indústria extrativa, há também predomínio da população dessa indústria residindo na cidade. Contudo, os municípios do grupo em que predomina a informalidade na ocupação da indústria extrativa, apresentam grau de urbanização menor entre os trabalhadores da mineração do que entre o total da população ocupada. Isso demonstra que a população na mineração reside com menor intensidade em áreas urbanas do que o total de sua população ocupada.

Quando se compara a informação sobre a informalidade com a atividade exercida pelos trabalhadores na indústria de extração mineral, nos municípios em que a PO na indústria de extração mineral é mais informal predominam as atividades em torno da extração de minerais não especificados e de gemas e metais preciosos. Já, naqueles municípios em que a população ocupada na indústria de extração mineral é mais formal, a atividade mineral principal é a extração de minerais não especificados, seguido de minérios metálicos não especificados.

Por fim, Parauapebas e Itaituba, que são os dois casos mais emblemáticos e representativos na Indústria de Extração Mineral, possuem dinâmicas bastante distintas em relação à população ocupada nessa indústria e também em relação aos minérios que são explorados. Enquanto em Parauapebas praticamente toda população ocupada é formal, com carteira de trabalho (98,2%), em Itaituba essa parcela é dez vezes menor, sendo de apenas 9,2%. Neste município predominam as atividades nos garimpos informais, ao passo que, em Parauapebas, predominam as atividades para a grande indústria. Aqui, as atividades ligadas à extração mineral giram em torno da Vale, uma das maiores companhias mineradoras do mundo, líder no segmento de ferro (não apenas nesse), justamente por conta da exploração que realiza na cordilheira da Serra dos Carajás, considerada uma das maiores províncias minerais do planeta. Portanto, esses dois municípios emblemáticos na indústria de extração de minérios possuem configurações de dinâmicas econômicas praticamente opostas.

5. Publicações realizadas durante o Período da Bolsa:

EL SAIFI, S.; FERREIRA, L. Conflitos na região da Terra do Meio (Pará/Amazônia/Brasil) – da falta de mediação institucional à regulamentação de ocupação do território. In: XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Lisboa, 2015. (aceito para apresentação).

EL SAIFI, S.. Os conflitos socioambientais no Sul do Pará. Entrevista cedida ao Prof. Pedro Paulo Funari para o Programa “Diálogos sem Fronteiras” da RTV/Campinas. Outubro de 2014.

CARMO, R.; DAGNINO, R.; EL SAIFI, S.; CRAICE, C.. Relatório 3 do Projeto URBISAmazônia: Panorama sobre classificação urbana e rural dos setores censitários e aprofundamento das análises da população ocupada informal e na ocupada da Indústria Extrativa e Mineração. Campinas, Setembro de 2014.

CARMO, R.; CARDOSO, A.; DAGNINO, R.; BASTOS, A.; SAIFI, S.; CAPARROZ, M.; CRAICE, C. Transição demográfica na Região Metropolitana Ampliada de Belém. In: CARDOSO, A.; LIMA, J. (Ed.) Belém: Transformações na ordem urbana. Observatório das Metrôpoles, INCT/CNPq, CAPES, FAPERJ.

CARMO, R.; CARDOSO, A.; DAGNINO, R.; CAPARROZ, M.; SAIFI, S.; BASTOS, A.; CRAICE, C. Transição Mobilidade pendular na Região Metropolitana Ampliada de Belém. In: CARDOSO, A.; LIMA, J. (Ed.) Belém: Transformações na ordem urbana. Observatório das Metrôpoles, INCT/CNPq, CAPES, FAPERJ.

CARMO, R.; CARDOSO, A.; DAGNINO, R.; SAIFI, S.; BASTOS, A. P. V.; CRAICE, C. Mobilidade pendular na Região Metropolitana Ampliada de Belém. In: XVI Seminário sobre a Economia Mineira: Repensando o Brasil, 2014, Diamantina, MG. Caderno de Resumos XVI Seminário sobre a Economia Mineira, 2014. p. 36.

DAGNINO, R.; EL SAIFI, S.; CARMO, R.; CRAICE, C.; CAPARROZ, M.; CARDOSO, A. C.; Bastos, A. P.; MONTEIRO, A. M.. Urbanização, mobilidade da população e mercado de trabalho na Amazônia brasileira: Indicadores sociodemográficos dos municípios do Sul do Pará (Brasil). Resumo de trabalho aprovado. BRASA, 2014.

CARMO, R.; DAGNINO, R.; EL SAIFI, S.; CRAICE, C.; CAPARROZ, M.. Características socioeconômicas e demográficas de municípios do Projeto URBISAmazônia no Pará. Texto NEPO. Núcleo de Estudos de Populações “Elza Berquó”. NEPO/UNICAMP. Campinas, 2014. (no prelo).

6. Conclusões Gerais:

Todos os produtos resultantes da participação no Projeto URBISAmazônia – relatórios, análises, debates, artigos e demais publicações - foram muito importantes para o meu aprimoramento profissional e pessoal. Considera-se que esses resultados também foram importantes para o avanço do Projeto como um todo, e em particular para o desenvolvimento das abordagens de algumas das demais equipes de pesquisadores. Ressalta-se que o auxílio da bolsa foi fundamental para a participação no Projeto Urbis, pois viabilizou uma dedicação ao projeto que não seria possível em outras circunstâncias. Cabe ainda ressaltar que a participação no Projeto URBISAmazônia proporcionou contribuições de peso para o meu texto de doutoramento, em fase de finalização, cuja temática e área de estudo se cruzam.